



JULIA CLAUDIANE DA VEIGA

**A CONTRIBUIÇÃO DO ORGANISMO PARTICIPATIVO DE
AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DO SUL DE MINAS PARA OS
AGRICULTORES CERTIFICADOS**

**INCONFIDENTES-MG
2015**

JULIA CLAUDIANE DA VEIGA

**A CONTRIBUIÇÃO DO ORGANISMO PARTICIPATIVO DE
AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DO SUL DE MINAS PARA OS
AGRICULTORES CERTIFICADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito de conclusão de Graduação em Engenharia Agrônoma no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Inconfidentes, para a obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Orientador: Luiz Carlos Dias Rocha

Coorientadora: Aloísia Rodrigues Hirata

**INCONFIDENTES-MG
2015**

JULIA CLAUDIANE DA VEIGA

**A CONTRIBUIÇÃO DO ORGANISMO PARTICIPATIVO DE
AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DO SUL DE MINAS PARA OS
AGRICULTORES CERTIFICADOS**

Data de aprovação: 17/11/2015

**Luiz Carlos Dias Rocha
IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes**

**Aloísia Rodrigues Hirata
IFSULDEMINAS - Reitoria**

**Mark Pereira dos Anjos
IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes**

DEDICATÓRIA

Dedico este meu trabalho primeiramente a Deus por ter me abençoado, dando paz e saúde durante os anos de estudo.

A minha mãe Maria Lúcia Riciati da Veiga e minha irmã Maria Claudia da Veiga, por estarem sempre comigo me apoiando e me ajudando em tudo, pelo amor e paciência.

Aos Meus orientadores por compartilharem comigo conhecimentos muito preciosos que além de enriquecimento profissional me tornaram uma pessoa melhor.

As minhas grandes amigas Fernanda Pereira Franco, Juliana Uzan e Isabella Labigalini pelo carinho e por estarem sempre ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me proporcionado esses anos de estudo, pela graça, força, por estar sempre comigo e por ter colocado pessoas de extrema importância no meu caminho que contribuíram com essa experiência.

Agradeço a minha mãe Maria Lúcia Riciati da Veiga e minha irmã Maria Claudia Veiga por serem meus maiores exemplos, por estarem sempre ao meu lado apoiando e me ajudando, compartilhando comigo momentos serenos e tempestuosos. Agradeço a elas a paciência comigo, as noites mal dormidas que passaram ouvindo meus estudos, desabafos e reclamações e não teria chegado até aqui se não tivesse vocês do meu lado que são tudo para mim.

Aos meus amigos que passaram todo o tempo comigo nesses anos me ajudando e compartilhando comigo as mais variadas sensações.

Agradeço a Fernanda Pereira Franco que de certa forma foi quem me estimulou o desejo de ser uma agrônoma, esteve sempre ao meu lado trocando confidências, me apoiando e me ajudando sempre que precisava. Agradeço por todos os nossos momentos juntas, e sabemos que apesar de tudo foram inesquecíveis e levaremos para toda a nossa vida. Muito feliz por ter você na minha vida.

As minhas grandes amigas Isabella Labigalini e Juliana Uzan pelos momentos de risadas e descontração, pelas ajudas com os trabalhos, pelas conversas e conselhos, por estarei sempre do meu lado me apoiando e por serem grandes amigas. Obrigada por tudo, vocês foram fundamentais para mim. Amigas para a vida toda.

Aos meus orientadores:

Luiz Carlos Dias Rocha, que durante os meus estudos me conduziu ao melhor caminho, me orientando e me proporcionando grandes experiências que resultaram em ensinamentos de extrema importância, contribuindo para o meu enriquecimento profissional e pessoal.

A Aloísia Rodrigues Hirata que compartilhou comigo todos os seus conhecimentos, me mostrou sempre qual o melhor caminho, me orientou e sempre me motivou para que nada fizesse com que eu desistisse e por proporcionar condições para que eu desenvolvesse a construção dos meus ideais.

Vocês fizeram da minha graduação um período de grandes conhecimentos e são meus exemplos de profissionais e de pessoas para mim.

Ao grupo “Raiz do Campo” pelos momentos juntos, pelas trocas de experiência e pela grande contribuição durante esses anos. Pelos momentos de descontração e também pelos momentos mais conturbados que contribuíram com a aprendizagem.

Aos meus professores que durante minha graduação estiveram dispostos a passar tudo o que sabiam, por estarem sempre tirando dúvidas e contribuindo com minha formação acadêmica e dos meus ideais, proporcionando que eu desenvolvesse a minha própria capacidade de decisão.

Aos meus amigos Marcos Henrique Taveira e Álvaro Ricardo Guerrero, pelo incentivo, paciência e presença no desenvolvimento deste trabalho.

Aos Agricultores e Agricultoras da “Orgânicos Sul de Minas”, em especial a Associação dos Bananicultores de Luminosa (ABAL) Adilson, José Vicente, Ederson, Benedito Francisco, Benedito Valdair, Associação Agroecológica de Ouro Fino (AAOF), Marcílio, João Batista, Geraldo e Samuel e da Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira (APOMM), João Paulo, Letícia, Ramona, Edna, Hélio e Antônio, por terem contribuído de maneira grandiosa com a realização do trabalho, pelo tempo dedicado e pelas informações fornecidas.

Ao Uederson Cléber de Souza e sua esposa Gisele de Paula de Souza, por terem contribuído comigo durante os anos da graduação e por serem bons amigos.

Agradeço ao IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, por todas as oportunidades ofertadas nesses anos em que estive aqui.

**Enfim, a todos aqueles que fizeram parte dessa grande conquista...
Muito grata por tudo!!**

EPIÍGRAFE

**“Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão**

**Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel**

**Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão”**

(Milton Nascimento e Chico Buarque, 1977)

**“O entusiasmo é a maior força da alma. Conserva-o e nunca te faltará poder para
consequires o que desejas.”**

Napoleão Bonapate

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO	2
2.1. Histórico da Agricultura	2
2.2. Agroecologia	4
2.3. Agricultura Orgânica	5
2.4. Certificação Orgânica.....	6
2.4.1. Sistema Participativo de Garantia	9
2.4.2. SPG Sul de Minas	10
3. METODOLOGIA	12
3.1. Sujeitos da Pesquisa.....	12
3.1.1 AAOF - Associação Agroecológica de Ouro Fino	12
3.1.2 ABAL - Associação dos Bananicultores de Luminosa.....	13
3.1.3 APOMM - Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira	13
3.2. Coleta de dados	13
3.2.1 Análise documental	13
3.2.2 Entrevista	14
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	15
4.1. Análise Documental.....	15
4.2. Entrevista	16
4.2.1. Caracterização dos agricultores entrevistados.....	16
4.2.2. Processo Interação entre os Agricultores	18
4.2.3 Relação entre os membros do grupo	22
4.2.4 Comercialização dos produtos.....	24
5. CONCLUSÕES	26
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
GLOSSÁRIO	32
ANEXO	33

RESUMO

O Sistema Participativo de Garantia Sul de Minas, ligado a Central das Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas, foi constituído em novembro de 2012, com o objetivo de formação de uma rede agroecológica para fortalecer os grupos de agricultura orgânica e tornar possível a certificação participativa para seus associados. Com o credenciamento do OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade, em dezembro de 2013, já foi possível certificar mais de 130 agricultores da região. A proposta do presente estudo busca verificar a contribuição do sistema participativo de Garantia para os (as) Agricultores (as) certificados (as) pelo OPAC Sul de Minas. Para a realização do trabalho foram utilizadas duas metodologias, compreendendo a análise documental e uma entrevista semiestruturada. Foram escolhidas 3 associações, onde 5 agricultores de cada associação foram entrevistados. Os resultados indicaram uma grande contribuição do OPAC Sul de Minas aos agricultores da região após a certificação Participativa, viabilizando o aprendizado e propiciando maior integração entre os agricultores como resultado das visitas, além de criar autonomia dos mesmos na comercialização dos seus produtos.

Palavras-chave: Certificação Participativa; Agroecologia; Agricultura Orgânica.

ABSTRACT

The South of Minas Gerais participative system guaranty, figured by South of Minas Gerais Organic Producers association, was constituted in November of 2012, with the network agroecology objective to fortify the organic agriculture groups and make possible the participative certification for its partners. With the accreditation of OPAC- Participative Organism of Conformity evaluation, in December of 2013 it was already possible certify more than 130 agriculturist of region. The proposal of the present study quests the contribution of guaranty participative system for the certified agriculturist by OPAC South of Minas. To the realization of the work were used two methodologies including the documentary analysis and semi-structured. There were chosen associations, were 5 agriculturist of each association were interviewed. The results indicated a big contribution of OPAC South of Minas to the agriculturists of the region after a participative certification, making feasible the learning and propitiating bigger integration among the agriculturist as result of the visits, beyond creating autonomy of the same in the commercialization of their products.

Keywords: Participative Certification; Agroecology; Organic Agriculture

1. INTRODUÇÃO

Por meio de um grupo de agricultores Orgânicos e Agroecológicos e o apoio do IFSULDEMINAS, EMATER-MG e Ministério da Agricultura em 2012 criou o SPG Sul de Minas, visando à certificação da produção orgânica. O processo ganhou força com a criação da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (Orgânicos Sul de Minas) e após um ano de trabalho foi protocolado junto ao Ministério da Agricultura, a solicitação de credenciamento do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC Sul de Minas. Desde 2013 a Agricultura Orgânica na região vem crescendo a cada dia e o número de propriedade orgânicas certificadas aumentou, entende-se que esta condicionante esta ligada à criação da central de associações Orgânicos Sul de Minas que em seu primeiro ano de credenciamento certificou 22 propriedades orgânicas, já no seu segundo ano, este número passou para 33, totalizando 55 propriedades certificadas. Atualmente mais de 130 unidades de produção orgânica encontram-se certificadas (Hirata et al., 2013).

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi conhecer a interferência que a constituição do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica vem causando na dinâmica da Agroecologia e Agricultura Orgânica para os agricultores vinculados ao SPG Sul de Minas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Histórico da Agricultura

Grande parcela do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro está diretamente influenciado pelo setor agrícola, onde este atua diretamente no desenvolvimento econômico do país (Vieira, 2014). A agricultura vem sendo utilizada como atividade agrícola visando a alimentação de comunidades há pelo menos 10.000 anos A. C (Mazoyer & Roudart, 1997; Diamond, 2003; Olson, 2003).

No Brasil, a década de 60 marcou o início de um período em que ocorreram transformações profundas na agricultura brasileira, tanto nas relações sociais como no padrão tecnológico. Segundo Paulus & Schlindwein (2001) um conjunto de tecnologias caracterizadas como avançadas foram incorporadas no sistema de produção o que gerou o desenvolvimento tecnológico, essas novas práticas aumentaram a produção e a produtividade das atividades e alterou as relações sociais no campo. Essas mudanças visavam proporcionar a modernização do setor agrícola e gerar um aumento da oferta de produtos exportáveis (Luzzi, 2007). Assim a chamada agricultura convencional, a partir dos anos 60 sofreu um período de transição, diante diversos fatores que passaram a ser variáveis importantes ligadas ao capitalismo (Vieira, 2014).

A chamada “revolução verde” impulsionou o início das práticas da “agricultura moderna”, e estas, baseavam-se no princípio de alta produtividade com o intenso uso de insumos químicos, mecanização agrícola e organismos geneticamente modificados (Almeida & Navarro, 1997). Diante destas práticas, o uso indiscriminado de fertilizantes quintuplicou nas últimas três décadas, tornando hoje uma das maiores preocupações, sendo comprovada por muitos estudos que a maneira como esses insumos são utilizados provocam danos à saúde dos agricultores,

consumidores e ao meio ambiente. Atualmente, são muitas as críticas ao sistema de agricultura vigente que utiliza em suas plantações insumos químicos prejudiciais ao ambiente (Araújo & Paiva, 2007).

Essa agricultura definida como “moderna” por alguns autores é caracterizada por fazer uso intensivo de adubos minerais e agrotóxicos e da mecanização, o que potencializou a produtividade das culturas. Porém, diante destas práticas, surgiram os problemas ambientais, como a degradação do solo, perdas com a erosão e da matéria orgânica e a compactação, outra consequência ocasionada foram as terras improdutivas e os recursos hídricos que sofreram danos, reduzindo as garantias para atingir o que hoje chamamos de sustentabilidade (Pimentel, 2005 apud Kamiyama et al., 2011).

A modernização da agricultura brasileira segundo Assis & Romeiro (2002), teve um caráter excludente, aumentando a concentração de riquezas e desigualdades regionais no país, além das alterações na natureza e comprometimento dos ganhos de produtividade. O êxodo rural é conseqüentemente resultado do rápido crescimento do processo de modernização da agricultura brasileira (Ehlers, 1999). Diante desse novo modelo de agricultura começou a aparecer pessoas intoxicadas por venenos, famílias inteiras abandonando suas terras pela impossibilidade de produzir, tanto pelo esgotamentos dos solos como pela inviabilidade econômica em função dos altos preços dos insumos, acarretando a intensidade do êxodo rural (Caporal & Azevedo, 2011).

Pode-se dizer que esse modelo de agricultura também ocasionou a desigualdade social, gerando interesse dos pesquisadores e agricultores a desenvolver modelos alternativos de produção para o setor agrícola (Almeida & Navarro, 1997; Pinheiro, 2012). Segundo Barros (2010) o intenso uso de agrotóxicos e fertilizantes, juntamente com o desenvolvimento genético de sementes, contribuiu com o desenvolvimento de um sistema que visava elevar a produção agrícola no mundo. Esse sistema foi definido como Revolução Verde. Segundo Altieri (2002), a percepção dos problemas é praticamente simultânea aos primeiros efeitos desse novo sistema.

Meirelles (2003) aponta que a “revolução verde” difundiu um mercado alternativo para a produção agrícola, como resultado das primeiras experiências de produção alternativa ao modelo quimicista/reducionista, proposto pela ciência agrônômica.

Desta forma, iniciou a busca por uma agricultura independente dos insumos químicos e que tivesse como base a preservação do meio ambiente e da vida e as necessidades socioeconômicas do ser humano (Altieri, 2004).

2.2. Agroecologia

Os Homens ao longo do tempo buscam estabelecer estilos de agricultura sejam capazes de proteger os recursos naturais, agredindo menos o meio ambiente. Neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. A partir dos princípios ensinados pela Agroecologia passaria a ser estabelecido um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis (Caporal & Costabeber, 2004).

A sustentabilidade dos agroecossistemas, baseado nos princípios, conceitos e metodologias da agroecologia, pode ser avaliada por um conjunto de dimensões que se inter-relacionam e que auxiliam na definição de indicadores de sustentabilidade (Caporal & Costabeber, 2002).

Os princípios se baseiam em aumentar a reciclagem da biomassa e otimizar a disponibilidade do fluxo balanceado de nutrientes; assegurar condições de solo favoráveis para o crescimento das plantas, particularmente através do manejo da matéria orgânica e aumentando a atividade biótica do solo; minimizar as perdas relativas aos fluxos de radiação solar, de ar e de água, mediante o manejo do microclima, armazenamento de água e o manejo do solo através do aumento da cobertura vegetal; diversificar específica e geneticamente o agroecossistema no tempo e no espaço e aumentar as interações biológicas e os sinergismos entre os componentes da biodiversidade, promovendo processos e serviços ecológicos (Caporal et al., 2009).

A Agroecologia segundo Assis (2002), baseia-se no resgate dos costumes tradicionais das sociedades camponesas e dos seus conhecimentos, estes, que por vez, haviam sido atropelados pela agricultura moderna, incorporando princípios ecológicos, agronômicos e socioeconômicos para um melhor entendimento dos efeitos das tecnologias, tanto nos sistemas de produção quanto nas transformações da sociedade que sejam decorrentes destas tecnologias.

Defensor da Agroecologia como uma ciência, Altieri (1998), referiu-se a uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e à avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo

sendo que as questões humanas e sociais são parte fundamental deste sistema, do ponto de vista técnico trabalha princípios e não receitas.

2.3. Agricultura Orgânica

Na metade do século passado grupos de agricultores e consumidores, preocupados como os problemas que vinham acarretando pelo uso da agricultura moderna que fazia uso indiscriminado de produtos químicos, decidiram pela produção baseada em técnicas ancestrais que eram seguras, movidos por esse ideal, desenvolveram ao longo do tempo, uma identidade comum conhecida como “produção orgânica” que é caracterizada pelo não uso de produtos químicos e técnicas sustentáveis (Silva & Petterson Neto, 1997).

A história da agricultura orgânica para muitos autores teve início em 1920, tendo como idealizador Albert Howard, que ao visitar a Índia conheceu práticas alternativas que eram utilizadas pelos camponeses locais, das quais fazemos uso hoje, como compostagem, adubação orgânica. Essas histórias estão descritas em um testamento agrícola, de 1940, relatadas por Howard (Ormond et al., 2002).

Segundo Fonseca (2009), a institucionalização da agricultura orgânica no mundo teve início em 1972, com a criação da IFOAM - Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica e a publicação de suas primeiras normas, em 1978. As normas privadas da IFOAM serviram de referência para a comercialização dos produtos orgânicos no mundo até a década de 90 e para o estabelecimento de outras normas locais e regulamentos técnicos em diferentes países. Desde a década de 70, no Brasil as organizações de produtores e consumidores, além de técnicos, desenvolvem práticas seguindo os princípios da agricultura orgânica. Em 1994, iniciou-se a discussão para a regulamentação da agricultura orgânica no país, que foi oficialmente reconhecida em maio de 1999 (fruto da discussão entre a sociedade civil organizada e o poder executivo), com a publicação da Instrução Normativa nº 007/99, do MAPA (Brasil, 1999).

No Brasil utiliza-se, principalmente, a definição de “sistema orgânico de produção”, conforme estabelecido na Lei Federal 10.831, de dezembro de 2003. Esta lei, por sua vez, busca contemplar todas as denominações relacionadas acima:

“[...] todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente” (Brasil, 2003).

O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: “ecológico”, “biodinâmico”, “natural”, “regenerativo”, “biológico”, “agroecológicos” e “permacultura”, bem como outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei.

A agricultura orgânica refere-se a um sistema de produção cujo objetivo é manter a produtividade agrícola, evitando ou reduzindo significativamente o uso de fertilizantes sintéticos e pesticidas (Altieri & Nicholis, 2003).

2.4. Certificação Orgânica

No início, a produção orgânica era praticada por um pequeno número de produtores e consumidores que mantinham uma estreita relação com os interessados. Entretanto houve um acréscimo no mercado consumidor, o que acarretou um distanciamento entre as partes, gerando a necessidade de criar mecanismos que promovessem a garantia da procedência desses produtos. Essa necessidade culminou na criação do mecanismo denominado “certificação”, onde inicialmente era realizada por especialistas que tinham como objetivo verificar a origem dos produtos e emitir um parecer de sua procedência (Silva & Petterson Neto, 1997).

A certificação de produtos orgânicos, no Brasil iniciou-se na primeira metade da década de 80, por meio, primeiramente, do IBD (Instituto Biodinâmico), por sua vez credenciado

a certificadoras internacionais, como a francesa IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movement) e a alemã DAR (*Deutsche Akredittion Rat*) (Codonho, 2013).

Com o surgimento crescente de marcas de certificadoras e do comércio internacional, apareceu a demanda por uma regulamentação unificadora de princípios. Deste modo, organismos da sociedade civil e oficiais (nem sempre juntos) passaram a envolver-se com a certificação por meio da normatização do processo (Silva & Petterson Neto, 1997).

Depois de um extenso processo de análise e discussões entre entidades, técnicos, órgãos, associações, ONGs e da sociedade civil, criaram-se vários marcos legais que dizem respeito a produção orgânica, podendo destacar o decreto 6.323/2007, que regulamenta a lei 10.831/2003 a chamada “Lei dos Orgânicos”. A partir desse decreto, instituiu três mecanismos de controle da garantia da qualidade orgânica no Brasil: Controle Social na Venda Direta, Certificação por Auditoria e Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) (Hollanda & Abreu, 2013). No controle Social na Venda Direta (OCS), sua identificação se dá através da Declaração de cadastro que deve estar em local visível no ponto de comercialização. É permitido apenas venda direta e para merenda escolar PNAE (Programa Nacional de Alimentação escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) (MAPA, 2015).

O selo SISORG pode ser obtido por meio de um Organismo de Avaliação da Conformidade (OAC) que pode ser tanto uma Certificação por Auditoria como também um OPAC. O selo visa identificar os produtos orgânicos em que a avaliação da conformidade foi realizada por organismos credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa, 2013). Este selo é usado para identificar e controlar a produção nacional de produtos orgânicos. Os produtos certificados por auditoria e sistemas participativos de garantia, apresentam o selo do SisOrg em seus rótulos. Com este trabalho os agricultores diferenciam os seus produtos e os consumidores possuem mais uma garantia que estão adquirindo produtos de acordo com as normas regidas pela lei de produção de orgânicos - Lei 10.831 de 2003.

A emissão do certificado de garantia pode ser realizada por meio de organizações públicas como por organizações privadas, que seguem normas e executam ações como auditoriais e inspeções, dentre outros procedimentos básicos. Esses procedimentos têm por objetivo cumprir algumas exigências durante o processo de certificação. Para isso são exigidos diversos documentos, como: versões atualizadas dos regulamentos técnicos e procedimentos aplicáveis; descrição completa dos processos de auditoria, certificação e recursos em linguagem acessível

aos interessados; certificados atuais ou outra prova por escrito da situação da Certificação; cópias dos relatórios de inspeção e auditoria e de qualquer outra documentação relacionada à Certificação da produção, com exceção dos documentos confidenciais, fornecidas, no mínimo, anualmente (Brasil, 2008).

A certificação, por meio dos selos orgânicos, compreende diversos fatores como a preocupação com o ambiente, a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, o não uso de agroquímicos, a informação aos consumidores, a qualidade dos produtos, abrange também parâmetros de controle, disciplina, normatização e inspeção de processos (Radomsky, 2013).

Segundo Spers (2003), a certificação deve ser crescentemente demandada, principalmente em países desenvolvidos, se estruturado como uma ferramenta de mercado essencial, incorporada ao segmento agroalimentar.

É por meio da certificação que se tem uma garantia de que produtos rotulados como orgânicos tenham de fato sido produzidos dentro dos padrões da agricultura orgânica. A incerteza com relação à qualidade presente nos produtos pode ser reduzida ou até mesmo eliminada com a emissão do selo ou do certificado, oferecendo aos consumidores informações objetivas, que são importantes no momento de adquirir o produto. É essencial para a produção orgânica que seus produtos sejam certificados, o que potencializa o desenvolvimento das suas unidades de produção, promovendo também o crescimento regional e a garantia aos consumidores. A certificação é considerada um sistema de monitoramento que possibilita a identificação e diferenciação dos produtos advindos deste sistema de produção por meio da qualidade acreditada, agregando valor, credibilidade e reconhecimento (Medaets & Fonseca, 2005).

Os produtos gerenciados por certificadores, nestes sistemas garantem aos produtores a qualidade de seus produtos e os mantém no mercado, para os consumidores, além, de trazer a garantia de diferenciação, os protege de possíveis fraudes e outro aspecto que pode ser considerado como um benefício está o desenvolvimento do comércio local, mediante a criação de cooperativas que contam com a participação de propriedades como base familiar (César et al., 2008).

2.4.1. Sistema Participativo de Garantia

Segundo o MAPA os SPGs caracterizam-se pelo controle social e pela responsabilidade solidária, podendo abrigar diferentes métodos de geração de credibilidade adequados a diferentes realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas (Brasil, 2009).

Caldas (2013) considera que os SPGs são outra forma de avaliação da conformidade que apresenta um forte controle social. Os SPGs partem do princípio do controle social, definido pela IN n° 19 (Brasil, 2009) como:

“processo de geração de credibilidade organizado a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança das pessoas envolvidas no processo de geração de credibilidade” (IN 19).

Para a IFOAM os SPGs são sistemas de garantia de qualidade focados em mercados locais. Certificam produtores baseados na participação ativa das partes interessadas e estão fundamentados na confiança, nas redes sociais e na troca do conhecimento (IFOAM)¹.

No SPG, os integrantes podem ser pessoas físicas ou jurídicas, sendo estes membros de um grupo que é classificado nas seguintes categorias: fornecedores, colaboradores, distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores. Onde todos são responsáveis por garantir a qualidade e origem orgânica dos produtos uns dos outros. Sendo o OPAC a pessoa jurídica do processo, caracterizada como a certificadora (Mapa, 2013).

Para estar legalmente constituído um SPG deve possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) credenciado no Ministério da Agricultura (Mapa, 2014), que responderá pela emissão do SISORG (Mapa, 2013).

Diante do mercado de certificação orgânica, surgem os SPGs, como um avanço que se institucionalizou com a lei 10.831, de 2003. A maior contribuição foi que a certificação seria adequada metodologicamente às diferentes realidades locais (Carrascal, 2011).

No sistema participativo de garantia a certificação ocorre de maneira solidária, onde o cumprimento das normas para garantia de qualidade orgânica da produção são fiscalizadas ativamente pelos membros dos grupos, estes podem ser produtores, consumidores, técnicos e

¹ Esta definição pode ser encontrada no endereço http://www.ifoam.bio/sites/default/files/pgs_definition_in_different_languages.pdf. Acesso em 15/10/2015.

quem mais se interessar em fortalecer o sistema. Essa diferenciação entre o SPG e a certificação por auditoria permite aos produtores maior aprendizado, tornando o grupo mais consciente e fortalecendo o sistema de modo que além de garantir a qualidade e segurança do produto certificado, os produtores passam a se empoderar da própria tecnologia de produção (Franco et al., 2014). Os mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica são as visitas de pares e as visitas de verificação, assim os principais documentos exigidos pelos mecanismos de controle são os formulários da visita de pares e de verificação e o caderno do plano de manejo orgânico.

2.4.2. SPG Sul de Minas

O início da constituição do SPG Sul de Minas, aconteceu em 2012, por um grupo de agricultores Orgânicos e Agroecológicos, apoiados pelo IFSULDEMINAS, Emater e Ministério da Agricultura, objetivando a certificação de seus produtos. O processo ganhou força com a criação da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (Orgânicos Sul de Minas) (Hirata et al., 2013).

Com sede no Campus Inconfidentes a “Orgânicos Sul de Minas” é uma central das associações de produtores orgânicos da região do Sul de Minas Gerais, fundada em 2012 (Hirata et al., 2013). É composta por 9 associações e duas cooperativas, respectivamente: AAOF (Associação Agroecológica de Ouro Fino), APANFÉ (Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé), ABAL (Associação de Bananicultores Orgânicos do Distrito de Luminosa), APOMM (Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira), SERRAS VERDES (Associação de agricultores orgânicos e biodinâmicos serras verdes – córrego do bom Jesus), SERRAS DE SANTANA (Associação de Agricultores Orgânicos e Biodinâmicos), ECOMINAS (Associação de Produtores Ecológicos do Sul de Minas), AAFASD (Associação dos Agricultores familiares do Assentamento Santo Dias), Sítio Esperança (Associação Sítio Esperança), CAMPONESA (Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros) e COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região).

Na “Orgânicos Sul de Minas” os mecanismos de controle utilizados são as visitas de pares e verificação e o plano de manejo, ainda, os agricultores fazem uso de um caderno de campo onde são anotados todas as atividades relacionadas com a unidade de produção, essas

anotações são realizadas pelos próprios agricultores sendo elas diárias, semanais e mensais. As visitas de pares elas acontecem no primeiro semestre do ano e compreende uma visita realizada pelos próprios agricultores, já as visitas de verificação é a última visita realizada no ano, acontecendo no segundo semestre, promovendo a participação dos agricultores do grupo, agricultores de outros grupos, além da participação de técnicos, membros do OPAC, consumidores e demais interessados no sistema.

3. METODOLOGIA

3.1. Sujeitos da Pesquisa

Das 4 associações (AAOF, ABAL, APOMM, AAFASD) e duas cooperativas (CAMPONESA e COOPFAM) que fazem parte do OPAC Sul de Minas, foram estudadas 3 associações de agricultores. A escolha dessas foi realizada como o objetivo de melhor delimitar o trabalho. Estudar só uma poderia restringir o trabalho, limitando a compreensão das redes e das relações mais complexas. Por outro lado, abordar todas elas poderia tornar a análise superficial e de pequena relevância, além de ampliar as dificuldades referentes ao tempo e recursos. Assim, estudou-se as associações: AAOF, ABAL e APOMM, caracterizadas conforme a seguir:

3.1.1 AAOF - Associação Agroecológica de Ouro Fino

A escolha da AAOF se deu por ser uma associação recém-certificada pelo OPAC Sul de Minas. Fundada em dezembro de 1999, atualmente possui 14 propriedades certificadas no sistema orgânico. É uma entidade sem fins lucrativos, e tem sua sede localizada no município de Ouro Fino-MG e sua integração à Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (OSM) aconteceu em 2012. Sua produção é caracterizada pela diversidade de produtos o que garante segurança e facilidade para alcançar diferentes mercados.

3.1.2 ABAL - Associação dos Bananicultores de Luminosa

Trata-se de uma associação recém-certificada pelo OPAC Sul de Minas que apresenta seu trabalho concentrado em apenas uma atividade, a Bananicultura. A atividade assume grande importância na renda dos produtores familiares da região do Distrito de Luminosa localizado no município de Brazópolis, MG, originando o nome ABAL, Associação dos Bananicultores de Luminosa. Foi constituída em Outubro de 1997.

3.1.3 APOMM - Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira

A APOMM é uma associação de produtores orgânicos e foi por sua vez é a primeira associação vinculada à central das associações “Orgânicos Sul de Minas” a solicitar a conformidade orgânica. Fundada em julho de 2005, sua sede está localizada na cidade de Pedralva-MG. A produção é bem diversificada destacando entre a lista de produtos as verduras, legumes, frutas, pães, doces, salgados, café, chás, sucos, conservas, frutas secas, geleias, bolacha de arroz, condimentos, plantas medicinais, artesanato e outros.

3.2. Coleta de dados

Realizou-se uma análise documental e entrevista semi-estruturada. Ambas, por sua vez apresentam caráter qualitativo. Entende-se que as técnicas escolhidas foram coerentes com o objetivo proposto pela pesquisa e busca uma complementariedade da abordagem do tema.

3.2.1 Análise documental

O estudo dos documentos foi caracterizado pela análise dos formulários de visitas e o plano de manejo, teve por objetivo conhecer as informações que estão contidas e possibilitar o intercâmbio e difusão das mesmas com os próprios agricultores, com o meio acadêmico e com os demais leitores e interessados, além de subsidiar futuras pesquisas.

3.2.2 Entrevista

A metodologia de entrevista teve alcance individual, atingindo diretamente agricultores e agricultoras isolados em cada ação. Foram importantes para conhecer a realidade rural local e objetivou conhecer a realidade dos agricultores com relação à certificação participativa e as principais alterações que este novo sistema vem proporcionando. É uma técnica diferente da conversa pelo fato de ser previamente planejada para que se alcance o objetivo específico (Almeida, 1989). Considera-se o que as pessoas dizem (verbalmente ou por meio da escrita) como o maior recurso dos dados qualitativos. Para a entrevista como técnica exige uma sistematização prévia (roteiro de observação) que deve focar os objetivos da investigação, a fim de fundamentar o planejamento de estratégias para o melhor desenvolvimento das ações no âmbito estudado (Queiroz et al., 2007).

Em cada associação foram entrevistados 5 agricultores (as), contabilizando um total de 15 agricultoras (as). Os entrevistados foram selecionados após a análise dos documentos e foi levado em consideração de um lado produtores já estabelecidos no sistema e, por outro lado agricultores que estão sendo inseridos, além da diversidade e do tipo de mão-de-obra. Pretendeu-se selecionar de forma a buscar a diversidade de percepções sobre o assunto pesquisado.

Ao final da pesquisa uma reunião será articulada para que os resultados obtidos com a pesquisa possam ser divulgados aos sujeitos da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Análise Documental

A partir da análise documental, pode-se observar diferença dos aspectos pesquisados entre os grupos (sujeitos da pesquisa). Trata-se de grupos com suas próprias características e que desempenham com muito êxito práticas agroecológicas como plantio de espécies diferentes, diversidade dos cultivos, rotação de cultura, cobertura do solo, utilização de compostagem e biofertilizantes, proteção da flora e fauna, fortalecendo o sistema de produção orgânica na região.

Foram observados pela análise dos formulários de mecanismos de controle que as visitas de pares tem a participação efetiva do grupo, todos os agricultores são visitados e todos realizam as visitas, porém as visitas de verificação, que por sua natureza deveriam contar com a participação de membros de outras associações, membros do OPAC, colaboradores e consumidores vem acontecendo sem a participação efetiva desses personagens importantes para o sistema, visto que por se tratar de um sistema participativo, a sociedade como um todo deveria estar envolvida. O SPG é uma espécie de “garantia solidária” que ocorre quando um grupo de agricultores e técnicos se juntam para fiscalizar entre si a produção (Medaets & Fonseca, 2005).

A participação dos consumidores raramente acontece, nota-se ainda que em alguns casos há a presença de consumidores que vem para a propriedade para conhecer e ver de perto como é produzir um alimento livre de produtos químicos que são prejudiciais para a saúde e para o meio ambiente.

Ainda pode-se notar que os cultivos passam a ser mais diversificados conforme aumento a tempo de certificação, onde os formulários e plano de manejo apresentam um adicional das espécies cultivadas.

Nota-se também que os agricultores do OPAC Sul de Minas se relacionam com os agricultores por meio da participação em associações e atividades culturais locais.

4.2. Entrevista

Durante as conversas os agricultores certificados pelo OPAC Sul de Minas ressaltam que o SPG trouxe uma mudança de perspectiva, trazendo muita motivação, algo que agricultores estavam precisando.

4.2.1. Caracterização dos agricultores entrevistados

Dos agricultores certificados entrevistados, 60% utilizam mão de obra familiar, onde toda a família está envolvida desde o planejamento até a comercialização. Os demais, apenas o agricultor está envolvido no processo de produção de alimentos. O manejo orgânico está presente na vida dos entrevistados há alguns anos, sendo que 66,67 % produzem o alimento no sistema orgânico há mais de 5 anos, tendo seus cultivos muito diversificados e 46,67 % dos entrevistados possuem a agricultura orgânica como a principal fonte de renda, relatando que a produção e comercialização está distribuída ao longo do ano, não ficando concentrada em apenas alguns meses do ano.

Quadro1. Caracterização das propriedades entrevistadas quanto ao tipo de mão de obra, tempo no manejo orgânico e renda familiar.

Tipo de mão de obra		
Familiar	Não Familiar	
60%	40%	
Tempo no Manejo Orgânico		
Mais de 5 anos	Menos de 5 anos	
66,67%	33,33%	
Renda oriunda do sistema orgânico		
Até 30 %	30 a 70 %	Mais 70 %
20,00%	33,33%	46,67%



Gráfico 1. Porcentagem de agricultores com mão de obra familiar

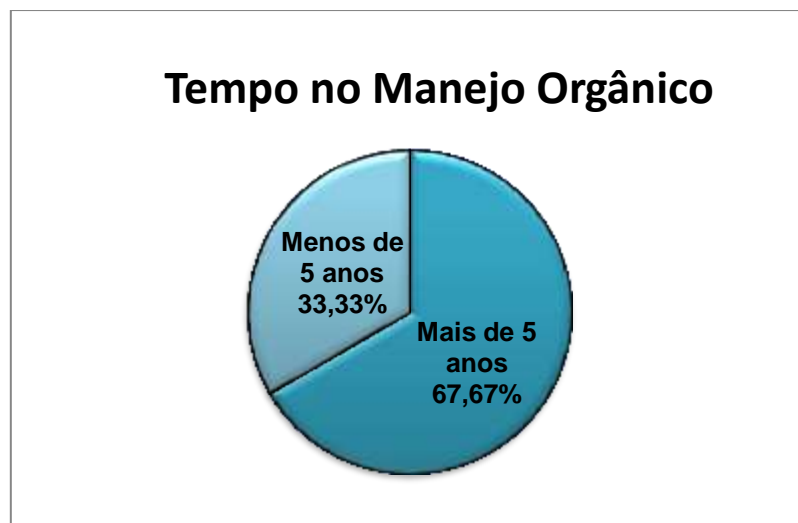


Gráfico 2. Porcentagem de Agricultores inseridos no sistema de Manejo Orgânico

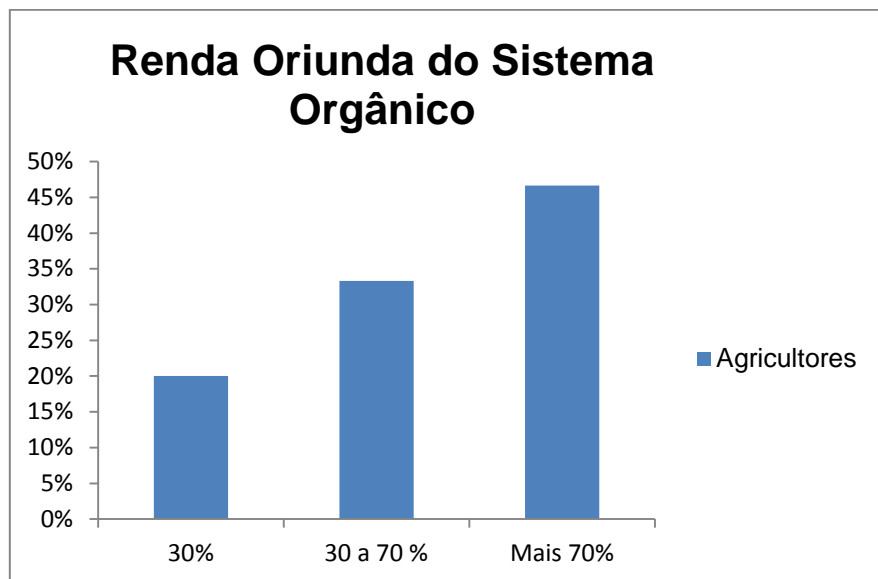


Gráfico 3. Porcentagem da Renda mensal dos agricultores oriunda do sistema orgânico

4.2.2. Processo Interação entre os Agricultores

Os mecanismos de controle do OPAC Sul de Minas incluem as visitas (pares e verificação) que tem por objetivo garantir ao consumidor que o sistema de produção das propriedades, atendem as normas e regulamentos da legislação brasileira para a produção orgânica. Essas visitas compreendem a participação dos agricultores, consumidores, técnicos e colaboradores e demais envolvidos no processo. Segundo os agricultores, os mecanismos de controle proporcionam um ganho de conhecimento o que faz com que os agricultores conquistem maior domínio sobre a sua unidade de produção. Isso é possível quando um visita o outro, e nesta ocasião promovem a soma de experiências pelo compartilhamento de saberes e técnicas.

Para alguns agricultores as visitas têm por natureza ser um momento de fiscalização onde as unidades de produção visitadas serão avaliadas para que possa constatar se a mesma é ou não orgânica e promove práticas orgânicas e agroecológicas, para outros as visitas, principalmente as de pares, são um momento de interação e preparação onde se destaca a relação solidária entre os membros do grupo. Já as visitas de verificação são vistas como uma mediação de realidades diferentes e essa relação de confluência de ideias entre consumidores, técnicos e agricultores que irão dizer se a propriedade pode ser considerada como uma unidade de produção orgânica.

É notável que essas visitas representam mais do que apenas avaliar o manejo agroecológicas, desta forma mais do que as práticas são conferidas nessa ocasião aponta os agricultores. Como benefício ainda o SPG promove a interação do grupo que por meio das visitas apontam possíveis não-conformidades, trazendo elas para a discussão e a partir desses apontamentos orientam e auxiliam o agricultor a contornar e resolver o problema. Fonseca (2009), relata que a troca de saberes envolvida no sistema de certificação participativa contribuem para a construção do conhecimento agroecológico e para a correção das não-conformidades.

Segundo Hollanda e Abreu (2013), o SPG traz como um dos benefícios o processo pedagógico em que os agricultores se apoderam dos critérios dos produtos agroecológicos, ainda aponta como benefício a valorização do saber popular, a possibilidade de participação de todos os envolvidos no processo, tendo a sociedade como um todo no processo e como fruto do sistema, um produto que também leva um significado social e ambiental.

As visitas se tornam momentos de aprendizado onde, reunidos, os agricultores discutem sobre a legislação. Segundo os agricultores, o único momento em que é possível reunirem e discutir sobre a legislação é durante as visitas. Ao passar do tempo a prática de visitar vai ficando mais simples para alguns, já para outros, esta se torna mais prática e os agricultores mais criteriosos, pois o processo começa a ser entendido e compreendido melhor, desta forma, torna-se mais fácil pontuar as fragilidades do sistema, segundo os agricultores, com o tempo eles vão se apoderando do processo e a cada visita mais conhecimento é adquirido. Porém alguns agricultores apontam que a legislação deveria ser mais discutidas e que todos os agricultores deveriam ter uma cópia da legislação em mãos.

É facilmente notado que para os agricultores, os mecanismos de controle do sistema são muito importantes quando se fala em aprendizado e interação, tornando um momento que possibilita o conhecimento dos membros do grupo trabalham, somando experiências e contribuindo para que o próprio agricultor perceba suas falhas e junto com o grupo encontre as soluções.

Segundo os entrevistados, as visitas em outras propriedades permitem uma grande contribuição para o processo pedagógico, pois, para os agricultores torna um momento rico em aprendizado, abre espaços para a expressão das opiniões sobre o manejo que vem sendo realizado

pelos companheiros, levando sugestões, além de proporcionar um melhor desempenho em suas atividades.

De maneira unânime os agricultores se sentem muito a vontade para opinar e sugerir, pois entendem que é uma forma de gerar melhorias e fortalecer o grupo. As opiniões e sugestões sempre são de grande valia e têm muitas utilidades. Na maioria das vezes, as sugestões são aplicadas nas propriedades e os agricultores transmitem a informação, alegando se a prática que foi sugerida apresentou aplicabilidade e estas informações são cada vez mais disseminadas. Um ponto importante observado no momento da entrevista foi que a não participação das visitas é apontado como um prejuízo aos mesmos:

“a partir do momento que estamos dispostos, aprendemos muito e conhecemos novas experiências e essas novas práticas podemos aplicá-las para a funcionalidade do nosso próprio sistema” (M.J.B).

Além dos mecanismos citados acima o plano de manejo é de fundamental importância e segundo Art. 7º, § 1º da IN nº 64/08, todas as unidades de produção orgânica devem dispor de um Plano de Manejo Orgânico (PMO), onde os SPGs devem ter seus dados atualizados anualmente e um PMO específico para o período de conversão. Além disso o OPAC Sul de Minas fez-se necessário que todos os agricultores (as) tenham sempre um caderno de campo, como instrumento de rastreabilidade, onde deve ser anotado tudo o que for realizado na unidade de produção e informações referentes as atividade de manejo, compra e venda de produtos realizados na propriedade. Os agricultores devem garantir a rastreabilidade de seus produtos, bem como o livre acesso dos órgãos fiscalizadores e dos consumidores aos locais de produção (Brasil, 2008).

As anotações tornam-se muitas vezes uma dificuldade para o agricultor (a). Para os certificados pelo OPAC Sul de Minas as anotações são muito relevantes e tem grande utilidade no dia-a-dia. Estas facilitam o acompanhamento do manejo que vem sendo realizado e o que já se realizou. Torna-se útil também, para acompanhar o desenvolvimento da produção. Declaram alguns dos entrevistados que por meio das anotações é que se alcança a transparência para o sistema, contribuindo para o esclarecimento de dúvidas.

Quando se pergunta se há alguma dificuldade com relação ao SPG, todos os entrevistados declararam que o sistema é uma oportunidade para crescer, aprender trabalhar em grupo, além, de proporcionar experiência profissional, alguns ainda apontam se tratar de um

sistema de fácil compreensão que a cada ano de certificação e com a frequência ativa das visitas, este, vai se tornando mais fácil. Talvez a dificuldade maior estaria na disponibilidade das pessoas em participar das visitas.

Outra questão abordada na pesquisa foi a participação de técnicos nas visitas (pares e verificação), diante desse aspecto foi relatado pelos entrevistados que a participação ainda é muito falha, visto que a participação efetiva se dá por profissionais do IFSULDEMINAS - *Campus Inconfidentes* e por alguns membros da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais).

Ainda apontam que:

“a participação do IFSULDEMIMAS - Campus Inconfidentes foi de extrema valia, pois sem a orientação “Luizinho e da Aloísia” o processo de criação da OSM e o credenciamento do OPAC não teria acontecido”
(J.P.B.)

Os agricultores afirmaram ainda que a participação desses profissionais é de extrema importância, o que promove maior riqueza nas visitas, trazendo muitas informações para o grupo, porém, também é indispensável que estes, por sua vez, entendam sobre o sistema e sobre legislação e práticas da agricultura orgânica. A participação dos técnicos no processo permite manter atualizadas as informações e amplia a qualidade de seu monitoramento sobre o processo produtivo certificado (Medaets & Fonseca, 2005).

Com relação à participação dos consumidores, os entrevistados declararam ser ainda esporádica. Alguns agricultores apontam que a participação dos consumidores em alguns momentos podem apresentar um risco, pois esclarecem que se em algum momento durante a visita for encontrado um não conformidade, o consumidor muitas vezes, por conhecer pouco pode levar uma má impressão do sistema de produção, o que estaria contribuindo para que o mesmo não evoluísse. Em uma pesquisa realizada por Camargo (2015), a autora relatou um acontecimento em uma visita realizada em Botucatu, onde um consumidor realizou uma visita na unidade de produção de um agricultor e por desconhecer o processo, transmitiu uma informação errada o que acarretou uma série de problemas.

Na visão de Camargo (2015) o SPG torna-se uma forma de capacitar as pessoas para o manejo orgânico de alimentos. Esse receio apontado pelos agricultores e relatado pela autora, esta relacionado com a ausência dos consumidores nas unidades de produção de alimentos e pela

falta de conhecimentos das práticas agroecológicas. É importante haver um elo forte entre os que estão produzindo e os que estão comprando, havendo a participação de todos os atores envolvidos (produtores, consumidores, técnicos) no processo de garantia da qualidade orgânica (Camargo, 2015). Para Penteado (2008), a certificação participativa é definido como o processo de geração de credibilidade que pressupõe a participação solidária de todos os envolvidos em assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção. Segundo Fornazier & Pedrozo (2010), a interação dos produtores e consumidores é muito importante para a confiança nos produtos e no processo produtivo.

4.2.3 Relação entre os membros do grupo

Durante a entrevista, os agricultores demonstraram estarem muito satisfeitos com o sistema participativo de garantia. Apontaram que esse sistema possibilita, um maior envolvimento dos membros do grupo, acarretando o intercâmbio de informações e a soma de experiência o que garante um sistema de produção conduzido com mais confiabilidade. Camargo (2015) apontou que as visitas e reuniões funcionam como um espaço de troca de experiência e de técnicas de manejo.

O desenvolvimento de trabalhos pelo grupo de forma coletiva traz maior confiança e motivação. Um dos pontos mais fortes analisados neste sistema está o envolvimento do grupo e este com a Agroecologia que vem sendo fortalecida a cada ano que a certificação participativa está presente na vida dos agricultores e que com o passar do tempo vão tornando seus cultivos ainda mais diversificados. Fornazier & Pedrozo (2010), relatam em um trabalho o depoimento de um agricultor apontando que a confiança é algo que se alcança com o tempo, com alguns comportamentos e atitudes.

Segundo os agricultores, no SPG a confiança e a interação entre os membros é de fundamental importância uma vez que fazem parte de uma rede, onde todos estão interligados e são dependentes. A falta de confiança deixaria o sistema enfraquecido, evitando que o mesmo se desenvolvesse com a potencialidade que hoje vem sendo alcançada. Segundo Codonho (2013), a certificação participativa tem por base a partilha de experiências, motivações, dúvidas e discordâncias entre pessoas de origens tão diversas, mas que se encontram reunidas em torno de um mesmo, construindo afinidades e aprendendo umas com as outras no dia a dia.

Camargo (2015) relatou o depoimento de um agricultor expondo que um grupo forte de produtores cria relações pessoais, de amizade e que essas relações tornam mais difíceis a possibilidade de fraude em relação ao cumprimento das normas da agricultura orgânica. Para o agricultor que não cumprir as regras, ele não apenas perde o selo de orgânico, mas a confiança do grupo e a sua inserção na comunidade.

É por meio das visitas que a interação e a confiança são geradas, uma vez que se conhece a propriedade dos membros do grupo e o manejo que os mesmos realizam, torna-se fácil “por a mão no fogo” por eles, apontam os entrevistados.

Os sistemas de certificação por auditoria trazem a ideia de que o agricultor tem que provar cumprir com a legislação orgânica, desta forma o SPG é baseado na integridade que começa a partir da confiança. Os agricultores ressaltam que no processo participativo o envolvimento e o compromisso são maiores. Para os sujeitos dessa pesquisa a principal contribuição do SPG é a parte social, a interação dos membros, o elo que se cria diante o processo participativo, onde os agricultores, abrem as portas das suas propriedades para o grupo. Além disso, eles destacam que é motivador e muito prazeroso visitar a casa dos agricultores, pois eles recebem o grupo muito feliz o que deixa quem visita ainda mais feliz e cria-se gosto por participar das visitas e contribuir.

O entusiasmo fortalece e amplia a interação e a confiança, que se tornam tão marcantes que todos se sentem a vontade para demonstrar seu trabalho sem receio do que os companheiros irão pensar, pelo contrário, eles irão contribuir, ajudando a enxergar as falhas, dizem que essa comunicação entre eles é uma particularidade do sistema, onde todos estão em busca de aprender e crescer junto. Outra característica apontada pelos agricultores é que as visitas apresentam natureza de partilha, onde todos os envolvidos partilham de conhecimento.

As visitas têm chamado à atenção dos agricultores, pois eles destacam que, por meio das visitas, é possível perceber a diversidade das pessoas e as diferentes formas de envolvimento delas com a Agroecologia. Outro apontamento realizado durante as entrevistas foi que, para eles, o sistema SPG veio para criar uma mudança nas relações entre os agricultores, formando uma rede sólida e unida. Segundo Camargo (2015), a confiança e ação coletiva são aspectos que também merecem destaque como fundamento do sistema.

4.2.4 Comercialização dos produtos

A partir da avaliação da conformidade pelo SPG os agricultores criaram maior independência, proporcionando maior autonomia e reduzindo ou zerando as relações com os atravessadores. Este sistema incentiva o associativismo, ressalta os agricultores, que se intensifica na comercialização.

A maioria dos entrevistados faz uso da comercialização em grupo, onde por meio de articulações existentes é possível que a locomoção até as feiras sejam feitas de forma coletiva. Para Camargo (2015), os SPGs podem gerar muitos benefícios onde um deles está a comercialização coletiva, gerando melhores preços para os produtores e consumidores.

Durante a entrevista os agricultores destacaram que seus produtos estão sendo mais reconhecidos pelos consumidores, uma vez que o SPG gerou mais credibilidade e segurança para os consumidores adquirirem os seus produtos. Afirmaram ainda que as vendas têm aumentado o que gerou mais renda para os agricultores e atribuem esse aumento a certificação, uma vez que os produtos estão sendo reconhecido pela sociedade. Em alguns casos, a comercialização se dá com a participação efetiva da família.

A maioria tem produção o ano todo, conseguindo comercializar sem ter sua renda concentrada em alguns meses do ano. Essa condição esta diretamente ligada a diversidade dos seus cultivos.

Com relação aos mercados Institucionais (PNAE, PAA), segundo Bianchini & Medaets (2015), a participação de produtos de base agroecológica tem sofrido um crescimento sistemático nas compras governamentais. Alguns dos entrevistados já fazem uso desses mercados, porém, para alguns a experiência não foi satisfatória, pois as escolas querem que os produtos sejam entregues em uma mesma variedade de fruta o ano inteiro, o que para a agricultura orgânica não é possível, pois os agricultores do sistema trabalham com as culturas de época e priorizando a diversificação.

A comercialização se potencializou após certificação, melhorando as condições para os agricultores, tanto com a abertura de novos mercados (mercados institucionais, vendas aos supermercados da região e para outros estados) como a valoração e reconhecimento dos produtos pelos consumidores. Nota que novos mercados ainda estão surgindo e com eles novas oportunidades para que o agricultor melhore sua renda e possa expandir suas vendas. Este trabalho traz a situação real de comercialização dos agricultores certificados pelo OPAC Sul de

Minas, mostrando que as oportunidades de comercialização estão surgindo. Uma articulação na comercialização deve ser realizada para que se consiga atingir esses novos mercados, sem fragilizar o sistema e atribuir ainda mais motivação aos que produzem alimentos livres de insumos químicos.

De modo geral, observou no decorrer deste trabalho, que o OPAC Sul de Minas vem fortalecendo a agroecologia e a produção orgânica na região contribuindo com o desenvolvimento dos agricultores, uma vez, que o sistema propicia a interação do grupo que vem gerando conhecimento aos mesmos, vão se profissionalizando, melhorando suas condições de produção e ganhando aliados no sistema. As interações além de gerar grande aprendizado contribuíram com a consolidação da rede, onde é possível observar todos envolvidos por um mesmo propósito. O OPAC Sul de Minas tem se tornando muito importante na vida dos agricultores, pois promoveu a construção de uma rede de agricultores orgânicos que diante uma forte ligação social fortalecem a prática do cultivo orgânico na região, gerando desenvolvimento social, cultural e econômico.

5. CONCLUSÕES

O Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade do Sul de Minas contribuiu de forma efetiva com os agricultores certificados em todos os aspectos estudados, como fortalecimento das relações do grupo e aprendizado.

O sistema traz como benefício também o envolvimento dos grupos e a confiança gerada entre os membros que é promovida pela visitas de pares e de verificação, por meio das quais um agricultor passa a conhecer e interagir com o outro.

Quando se trata da comercialização, por meio da certificação, os produtos passaram a ser conhecidos e reconhecidos pelos consumidores, e surgiram novas possibilidades de comércio, gerando um acréscimo das vendas. Além disso, os agricultores tornaram-se mais autônomos para comercializar seus produtos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J.A. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. MEC/ABEAS, Brasília, 1989.

ALMEIDA, J.A.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ARAÚJO, D.F.S., PAIVA, M.S.D. **Orgânicos: expansão de mercado e certificação**. Holos, Ano 23, vol. 3.

ASSIS, R.L. Agroecologia, agricultura orgânica e mercado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002b, Passo Fundo. **Anais...** Brasília: SOBER, 2002.

ASSIS, R.L. ROMEIRO, A.R. Agroecologia e agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ALTIERI, M.A.; NICHOLLS, C.I. **Agroecologia: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição**. *Ciência & Ambiente* 27. Dezembro, 2003.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

BARROS, B. Há 40 anos, DDT precipitou restrições. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 nov. 2010. *Agronegócios*, p. b12

BIANCHINI, V.; MEDAETS, J. P.P. Da Revolução Verde à Agroecologia: Plano Brasil Agroecológico. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_195/Brasil%20Agroecol%C3%B3gico%2027-11-13%20Artigo%20Bianchini%20e%20Jean%20Pierre.pdf. Acesso em 18 de outubro de 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto nº 7.048 de 28, de 23 de dezembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D7048.htm>. Acesso em: 10 de out. de 2015

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mecanismos de controle para a Garantia da qualidade orgânica** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Coordenação de Agroecologia. – Brasília : Mapa/ACS, 2008. 56 p.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução normativa nº 19, de 28 de maio de 2009. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 de maio de 2009.

CALDAS, N.V. **A certificação de produtos orgânicos no Brasil e na Espanha**. Ed. Universitária, UFPel: 2013.

CAMARGO, C.R. **Sistemas participativos de garantia na agricultura orgânica brasileira: ação coletiva e construção de redes de conhecimento agroecológico**. 175 f.: il.; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo.

CAPORAL, F.R.; AZEVEDO, E.O. **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Paraná: Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Paraná, 2011. 169p.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. PAULUS, G. **Agroecologia : uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, 2009. 111p.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, 7p.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Emater/Ascar, 2002.

CARRASCAL, T. **Luxos e Informações na Economia Solidária – Comercialização e Certificação Participativa**. IBS – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Rio de Janeiro. 2011.

CÉZAR, A.S.; BATALHA, M.O.; PIMENTA, M.L. A certificação orgânica como fator estratégico na governança das transações no mercado de alimentos. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v.10, n.3, p. 376-386, 2008.

CODONHO, C.G. **“Ser Orgânico”**: agricultura ecológica e novas ruralidades no sul de Minas Gerais. 2013. 291p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, SP.

DIAMOND, J. **Armas, Germes e Aço**: os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro: Record, 2003. 472p..

EHLERS, E. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2.ed., Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

FRANCO, F.P.; HIRATA, A.R.; ROCHA, L.C.D.; VEIGA, J.C.; CORSINI, I.; GUERRERO, A.R. A certificação participativa para produtos orgânicos e os procedimentos do OPAC sul de Minas: da constituição ao funcionamento. In: JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO IFSULDEMINAS, 6., 2014, Pouso Alegre. **Anais...** Pouso Alegre: IFSULDEMINAS - *Campus Pouso Alegre*, 2014.

FONSECA, M. F.A.C. **Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. PESAGRO-RIO, 2009. 119p.

FORNAZIER, A. PEDROZO, E.A. A confiança entre os agricultores na garantia do atributo ecológico de sua produção. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v. 5, n. 1, p. 114-116, Porto Alegre, Janeiro, 2010.

HIRATA, A.R.; ROCHA, L.C.D.; PEDINI, S.; COELHO, R.A. Constituição da central de produtores orgânicos do Sul de Minas. In: Encontro Internacional de Agroecologia “Redes para a Transição Agroecológica no Brasil e América Latina”, 3., 2013. Botucatu. **Anais...** Botucatu, Unesp. 2013.

HOLLANDA, A.P.P.; ABREU, M.C.S. Os Desafios da Implantação da Certificação Participativa Orgânica (Sistemas Participativos de Garantia – SPG) no Estado do Ceará. 2013. Disponível em: http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2013/artigos/E2013_T00261_PCN97299.pdf . Acesso em 10 de setembro de 2015.

KAMIYAMA, A.; MARIA, I.C.; SOUZA, D.C.C.; SILVEIRA, A.P.D. Percepção ambiental dos produtores e qualidade do solo em propriedades orgânicas e convencionais. **Bragantia** [online], v.70, n.1, pp.176-184. ISSN 0006-8705, 2011.

IFSULDEMINAS. **Primeiro OPAC de Minas Gerais realiza entrega de Certificados de produtos orgânicos aos Agricultores do Sul de Minas. 2013. Disponível em:** <<http://ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/noticias/1068-organicos-certificados>>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007. 182p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MAPA, **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Organismo participativo.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/sistemas-participativos-rpo>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

MAPA, **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2012.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>. Acesso em 09 de setembro de 2015.

MAPA, **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos, 2013.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>. Acesso em 09 de setembro de 2015.

MAZOYER, M., ROUDART, L. **Histoire des agricultures du monde. Du néolithique à la crise contemporaine**, Paris, Éditions du Seuil, 1997. 546p. Disponível em <http://www.persee.fr/doc/tiers_1293-8882_1998_num_39_153_5228_t1_0211_0000_1> Acesso em 16 de outubro de 2015.

MEDAETS, J.P.; FONSECA, M.F.A.C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional.** Brasília: PCT/MDA//IICA, 2005, p. 104.

MEIRELLES, L.A **Certificação de Produtos Orgânicos - caminhos e descaminhos.** Ipê. 2003.

OLSON, S.A **história da humanidade.** Rio de Janeiro, Editora Campus, 2003. 312p..

ORMOND, J.G.P.; PAULA, S.R.L.; FAVARET FILHO, P.; ROCHA, L.T.M. **Agricultura Orgânica.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002.

PAULUS, G.; SCHLINDWEIN, S.L. Agricultura sustentável ou (re)construção do significado de agricultura. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.

PINHEIRO, K.H. **Produtos orgânicos e certificação: o estudo desse processo em uma associação de produtores do município de Palmeira - PR.** Ponta Grossa: [s.n.], 2012.

RADOMSKY, G.F.W. Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: aspectos da relação entre agricultores e consumidores. In: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba : Kairós, 2013. 299-302 p.

SANTOS, L.C.R. **A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecológica de Agroecologia a limites e desafios.** Florianópolis, 2002. 28p. Monografia (especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, G.M.; PETERSON NETO, C. Certificação de produtos agrícolas no Brasil: panorama atual e tendências futuras. **Revista de Administração Pública**, v.31, n.3, p.103-15, Rio de Janeiro, Maio/Jun, 1997.

SPERS, E.E. **Mecanismos de regulação da qualidade e segurança em alimentos**. São Paulo. 2003. 136p. Tese (Especialização em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. USP.

VIEIRA, B.B. **A Agricultura orgânica e as políticas públicas no Brasil**. 2014, 56p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia), Faculdade de Ciência Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

GLOSSÁRIO

AAFASD – Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias

AAOF – Associação Agroecológica de Ouro Fino

ABAL – Associação de Bananicultores de Luminosa

APANFÉ – Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé

APOMM – Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira

CAMPONESA – Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros

COOPFAM – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região

DAR – Deutsche Akreditation Rat

ECOMINAS – Associação de Produtores Ecológicos do Sul de Minas

IBD – Instituto Biodinâmico

IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica

IFUSLDEMINAS – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Sul de Minas Gerais

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

EMATER- MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

OAC – Organismo de Avaliação da Conformidade

OCS – Organização de Controle Social

ONG – Organizações não governamentais

OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

PIB – Produto Interno Bruto

SERRAS DE SANTANA – Associação de Agricultores Orgânicos e Biodinâmicos

SERRAS VERDES – Associação de Agricultores Orgânicos e Biodinâmicos Serras Verdes –
Córrego do Bom Jesus

SPG – Sistema Participativo de Avaliação da Conformidade

ANEXO

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A contribuição do OPAC Sul de Minas para os agricultores certificados

Julia Claudiane da Veiga

Graduanda em Engenharia Agrônômica

Esta entrevista tem por objetivo coletar informações sobre o SPG Sul de Minas para o trabalho de conclusão de curso. As informações serão mantidas em sigilo e se houve a necessidade de publicar o nome do entrevistado será solicitada uma autorização formal, e será publicado caso a autorização do mesmo seja concedida. Os resultados obtidos serão reunidos às opiniões de outros agricultores e posteriormente será feito a avaliação dos resultados. Após a compilação dos resultados, estes serão apresentados a associação.

EIXO 01 – Introdução

IDENTIFICAÇÃO DO AGRICULTOR

- 1) Nome: _____ Telefone: _____
- 2) Bairro: _____ Município: _____
- 3) Idade: a- () 16-18 b- () 19 a 24 c- () 25 a 29 d- () 30 a 45 e- () 46 a 60 f- () >61 anos
- 4) Escolaridade:
a- () Fundamental b- () Ens. Médio c- () Ens. Técnico d- () Superior e- () Não Estudou
b-Curso (se Ens. Técnico): _____
- 5) Associação a qual pertence: _____

IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

- 1) Área total: _____ () ha () alq () outra _____
- 2) Posse da terra: a- () proprietário; b- () Meeiro; c- () arrendatário; d- () Outro
- 3) A terra trabalhada é: a- () herança de família; b- () comprada; () Outro
- 4) Culturas Trabalhadas: _____
- 5) Tempo como Agricultor Orgânico/Agroecológico: _____
- 6) Qual a porcentagem do que produz PARA COMERCIALIZAÇÃO é orgânico? _____
a- () toda propriedade; b- () maior parte; c- () metade da propriedade; d- () pequena parte.
- 7) Tempo com a certificação? _____
- 8) Tipo de certificação: a- () participativa; b- () auditoria
- 9) Certificadora: _____
- 10) Agricultor Familiar: a- () Sim b- () Não
- 11) Se sim, possui DAP: a- () Sim b- () Não
- 12) Número de empregados: a- () nenhum; b- () 1-2; c- () 3-5; d- () 6-10; e- () + que 10.

13) de toda a renda da família, qual a porcentagem vem das culturas orgânicas na renda familiar: a-() < 10%; b-() 10-30%; c-() 31-50%; d-() 51-70%; e-() mais de 70%.

14) Qual atividade complementa a renda da família?

EIXO 02 – Processo de Integração entre os Agricultores

Sobre as visitas de pares e verificação:

1. Durante as visitas, o grupo discute a legislação orgânica? () Sim () Não
2. Qual contribuição das visitas para o aprendizado sobre a legislação orgânica?
3. O senhor acha que com o tempo as visitas ficam mais fáceis ou não muda?
4. Na opinião do Senhor(a), qual a principal contribuição de uma visita que já recebeu?
5. Na opinião do Senhor(a), qual a principal contribuição de uma visita que já participou em outra propriedade?
6. O senhor(a) sente dificuldades em relação a certificação participativa? (abordar se a dificuldade é por falta de capacitação ou entendimento do sentido de algum mecanismo)?
7. Que tipo de mecanismo de controle (explicar quais são) é feito aqui na propriedade para dar garantia ao consumidor que o produto é orgânico?
8. As anotações dos diários de campo e caderno de plano de manejo, exigidos pelo OPAC Sul de Minas as anotações tem utilidade para o senhor (a)?
9. Aqui na propriedade, o senhor(a) acha difícil realizar estas anotações?
10. O senhor(a) sabe onde ficam, com quem e como são cuidados os documentos da sua associação e do OPAC sul de Minas?
11. O senhor (a) acha que a sua participação tem contribuído para a certificação participativa?
12. O senhor (a) já recebeu alguma sugestão durante uma visita que foi útil (aprendeu algo que teve aplicabilidade)?
13. O senhor (a) acha ruim quando recebe alguma crítica/sugestão?
14. O senhor (a) se sente a vontade para opinar sobre as coisas que “julgar errado” nas propriedades dos membros do grupo?
15. Tem conhecimento se alguma opinião/sugestão sua foi acatada por algum agricultor?
16. Já recebeu alguma advertência ou orientação nas visitas para mudar alguma coisa na propriedade? Aplicou as orientações?
17. O que mais tem te agradado o senhor (a) nestas visitas?
18. Como tem sido a participação dos consumidores tem participado das visitas do seu grupo? (se o agricultor (a) responder que não tem participação, perguntar porque)
19. Como tem sido a participação dos técnicos nas visitas?
20. O senhor (a) acha importante a participação de técnicos nas visitas?

EIXO 03 – Fortalecimento das relações de confiança

1. Participa das visitas (não precisa perguntar - usar informação anterior)?
2. Quantas Visitas já participou?
3. Se sentiu confortável? (Foi bom ou houve um desconforto)
4. Mais ou menos, quantas visitas já recebeu?
5. O que o senhor (a) achou das visitas que participou em outras propriedades?
6. O que mais chamou a atenção do senhor (a) na visita?
7. Quais as principais contribuições de uma visita no seu ponto de vista?
8. Após a realização de uma visita a sua opinião sobre o agricultor ou a propriedade visitada mudou?
9. Se a opinião mudou, questionar como tem sido as mudanças (melhor ou pior)?
10. O que o senhor (a) viu serviu para sua propriedade?
11. Quando visitou, deu sua opinião? Sentiu-se confortável ou a vontade para falar?
12. Ao final do dia, o senhor (a) acha que valeu a pena dedicar-se as visitas? ou ficou prejudicado deixando de trabalhar naquele dia?
13. O que acha mais importante visitar ou receber a visita?
14. As visitas proporcionaram maior ligação/envolvimento/amizade com os membros do grupo?
15. O senhor (a) acha que as visitas fazem aumentar a confiança entre os membros do grupo?
16. Quantos agricultores fazem parte do seu grupo?
17. Qual a sua opinião sobre as visitas de pares e verificação?

EIXO 04 – Melhoria da Comercialização

1. A quantidade de produtos comercializados produzidos pelo senhor (a) tem aumentado ou diminuído depois da certificação?
2. Quantos meses por ano o senhor (a) tem produto para comercializar?
3. Esta produção está distribuída ao longo de todo o ano ou está concentrada?
4. Quem da família participa mais da comercialização?
5. Quais são os produtos mais importantes para a comercialização?
6. O senhor (a) faz algum planejamento do que vai plantar em função do mercado?
7. Como é decidido o que será plantado na propriedade?
8. O senhor (a) acha que depois da certificação a sociedade passou a reconhecer melhor os produtos ou se continua da mesma forma?
9. Como tem sido o envolvimento da família na atividade de comercialização;
10. Depois da certificação, surgiram novos mercados? ou ainda continua os mesmos?
11. O senhor (a) já comercializou para mercados institucionais (PNAE, PAA)?
12. Se sim, como foi a experiência?